

cial: o que chamamos de prática pedagógica é para a professora o diálogo denso e concreto com o cotidiano, é o seu trabalho. Conhecer e analisar alguns aspectos desse trabalho era necessário pois, ao entendê-lo melhor, melhor entenderíamos a prática pedagógica das alfabetizadoras "bem sucedidas".

Assim, tornamo-nos sensíveis para vertentes de análise para as quais não estávamos atentas e vimos que o direcionamento de estudos levou-nos a algumas "pistas" de trabalho, que poderiam ser resumidas como:

- o significado da disciplina e da afetividade;
- relações sociais de trabalho com todo o complexo intrincado de definição e redefinição de categoria de classe, relações de poder;
- a superação do senso comum, as descobertas a respeito da sensibilidade e da visão de mundo das crianças pobres, das camadas populares.

Esses foram alguns dos referenciais possíveis, para explicar porque determinadas práticas se revelam mais eficientes na construção de uma perspectiva de atendimento às crianças pobres.

• PAIXÃO, Léa Pinheiro. *Echec scolaire ou Brésil:*

une étude de cas: Le Projet ALPHA dans le Minas Gerais. Orientadora: Viviane Isambert Jamati. Université de Paris V. Sciences Humaines Sorbonne. 1981. 225 p. (Tese, Doutorado).

Nos anos 70 a Secretaria de Educação e Cultura de Minas Gerais, seguindo orientações do MEC, desenvolveu um projeto pedagógico, conhecido como Projeto Alfa, que se propunha diminuir a defasagem idade - série na escola de Primeiro Grau.

O projeto montado partia do pressuposto de que uma das causas das altas taxas de evasão e repetência era o fato de que as professoras "estavam perdidas". Um grupo de especialistas trabalhou, então, junto à Secretaria, organizando um conjunto de medidas e instrumentos pedagógicos que deveria ser aplicado pelas professoras, previa-

mente preparadas. A execução do projeto exigiu o reforço do sistema de supervisão e inspeção.

O conjunto de medidas propostas evidencia, entre outras: introdução de um programa de ensino mínimo, aceleração para o aluno repetente, estimulando à utilização do método fônico para alfabetização, remanejamento dos alunos durante o ano letivo para possibilitar a manutenção de classes mais homogêneas, institucionalização de "classes especiais" para o aluno "com problemas".

O projeto Alfa foi objeto de estudo piloto em 4 escolas (1975) em Belo Horizonte antes de ter sua aplicação generalizada na rede pública estadual (a partir de 1977).

Para conhecer os resultados obtidos com a aplicação do Alfa, objeto desse trabalho, foram observadas 8 escolas localizadas na região de Belo Horizonte e analisados dados estatísticos gerais.

Os resultados finais permitiram concluir que, na verdade, a aplicação das medidas pedagógicas, na forma em que foram, realmente aplicadas, levaram a alimentar uma lógica de expulsão-marginalização-discriminação, nos sistema de ensino, das crianças de camadas mais pobres. A expulsão camuflada decorreu principalmente da aceleração dos estudos; a marginalização foi ampliada e legitimada pelo reforço institucional à organização das classes especiais e a discriminação estava associada à utilização de programas de ensino diferenciado.

Tal lógica foi eficiente, por um curto período, para diminuir nas estatísticas oficiais, os índices de evasão e repetência nas séries iniciais do 1º Grau. Não significou avanço para a democratização do ensino.

Observação: parte do conteúdo dessa tese foi publicada: PAIXÃO, Léa Pinheiro, "Discussão Atual sobre as causas do fracasso escolar - o que dizem alguns autores". *AMAE-Educando*. nº 172, ano XVIII, junho, 1985, p. 8-15.

PAIXÃO, Léa Pinheiro. *A Escola dos Carentes: um projeto em Minas*

Gerais. Da Escola Carente à Escola Possível. Miguel González Arroyo (coord.). São Paulo, Loyola, 1986, p. 55-84.

• PIMENTEL, Maria Auxiliadora Mattos. *A Alfabetização: um estudo preliminar ligado à prontidão e à conceituação.* Orientadores: Aroldo Soares de Souza Rodrigues e Anna Edith Bellico da Costa. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1984. 134 p. (Dissertação, Mestrado).

A alfabetização é um problema que tem merecido atenção especial na educação brasileira. A preocupação central deste trabalho consistiu em examinar as variáveis que interferem na aprendizagem da leitura e da escrita, em seus aspectos ligados à prontidão e à conceituação.

O estudo objetivou verificar, através da análise da prontidão e das tarefas de conceituação de Ferreiro, influência do nível socioeconômico e da frequência à pré-escola sobre os aspectos acima mencionados, bem como a possibilidade de ligações entre as habilidades requeridas pela prontidão do nível de conceituação das crianças que iniciam a aprendizagem.

A amostra foi constituída por 209 crianças de uma escola particular, duas escolas públicas, respectivamente de nível socioeconômico médio e baixo, e com frequência ou não à pré-escola, tendo sido submetida ao Teste de Prontidão de Eloah Ribeiro Kunz. Nas tarefas de conceituação, a amostra foi reduzida a 42 sujeitos, perfazendo vinte por cento da população inicial.

Para verificação dos resultados obtidos na primeira etapa do trabalho, utilizou-se o Teste de Diferença de Médias, sendo os resultados da segunda etapa submetidos uma análise qualitativa da produção das crianças.

Os resultados levaram à aceitação das hipóteses formuladas: tanto o nível socioeconômico quanto a frequência à pré-escola favorecem a prontidão e a conceituação: Também se confirmou a hipótese relativa ao repertório de expe-

riências conceituais que as crianças possuem, ao entrar na escola.

São conclusões: 1. o processo de alfabetização é complexo, não se inicia na escola e deve ser centrado no sujeito que aprende; 2. o nível socioeconômico e a frequência à pré-escola só têm relevância à medida que possibilitam maior número de experiências ligadas à leitura e à escrita, não podendo ser generalizado tão facilmente o peso dessas variáveis no processo.

SANTOS, Alzirina Miranda. A formação do professor alfabetizador: a faceta lingüística. Orientadora: Magda Becker Soares. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 1986. 105p. (Dissertação, Mestrado)

Com o objetivo de analisar a formação do professor alfabetizador, do ponto de vista de sua preparação lingüística, apresentou-se, na primeira parte do estudo, uma visão geral do referencial teórico sobre os fundamentos lingüísticos da alfabetização, seguida de uma análise da prática pedagógica do professor alfabetizador à luz das teorias apresentadas. Na segunda parte, analisou-se o que se tem previsto, em termos de legislação, para a formação do alfabetizador e o que diz o discurso oficial quanto aos estudos de linguagem em sua formação, confrontando-se, em seguida, essas propostas oficiais com a realidade da sala de aula do Curso Normal e do 1º Grau.

Da análise feita na primeira parte, constatou-se um total desconhecimento, por parte dos alfabetizadores, dos fundamentos lingüísticos da alfabetização. Na segunda parte verificou-se que os estudos de linguagem na formação desse professor estão longe de atender às reais necessidades de formação de um alfabetizador competente: tanto os professores da Escola Normal quanto os alfabetizadores consideram inade-

quada a formação que receberam. Daí haver-se proposto que se buscasse, a longo prazo, formar o alfabetizador em nível superior e, a médio prazo, melhorar o nível de sua formação, através da reformulação dos cursos de Letras e de Pedagogia - em que se formam os docentes que formam o alfabetizador - bem como a reformulação do Curso Normal, que prepara o professor para o magistério.

SILVA, Elizabete Caetano da. A constituição de turmas de alfabetização: mecanismos de marginalização e exclusão na escola. Orientadora: Magda Becker Soares. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 1988. 186p. (Dissertação, Mestrado)

A partir da análise do papel que a psicologia possui na prática da escola, especificamente na 1ª série do 1º Grau, a pesquisa pretendeu identificar os critérios utilizados na definição dos pré-requisitos necessários ao início da alfabetização; os critérios para a constituição de turmas de 1ª série, principalmente as chamadas turmas de "imaturos" e turmas "especiais"; os critérios e as justificativas adotados para o "encaminhamento" de alunos considerados como possuidores de "problemas de aprendizagem" às clínicas ou escolas especializadas em atendimento psicopedagógico.

Foi realizado um estudo de caso em quatro escolas da rede pública de ensino, selecionadas entre aquelas que mais encaminharam alunos a uma instituição especializada em atendimento psicopedagógico pedagógico. Foram analisados a constituição das turmas de 1ª série do 1º Grau, os remanejamentos realizados durante todo o período letivo, com o objetivo de manter a homogeneização das turmas e os encaminhamentos dos "alunos - problemas". Conclui-se que a escola legítima, funda-

mentando-se em bases psicológicas, a concepção seguindo a qual os alunos das classes dominadas são incapazes de aprender, sendo mentalmente deficientes e culturalmente defasados. A escola utiliza mecanismos de marginalização e exclusão desses alunos: através da constituição, das turmas, dos remanejamentos e dos encaminhamentos.

VIANA, Maria José Braga. Alfabetizando na escola pública; relato de uma experiência. Orientadora: Edil Vasconcelos de Paiva. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 1986. 95p. (Dissertação, Mestrado)

O estudo objetiva, a partir da realização de uma experiência de alfabetização, analisar questões de conteúdo e forma no mesmo processo. O conteúdo emerge da prática social dos alunos. Os pressupostos e diretrizes de ação explicitados antes e durante o processo foram a compreensão da necessidade da escola de orientar o seu trabalho na busca do entendimento da realidade: a vida como contexto fundamental de aprendizagem; o trabalho como elemento norteador da experiência; a leitura, um processo único de domínio da língua e compreensão da realidade; o caráter político e seletivo da escola, que contribuiu para a marginalidade dos alunos oriundos das classes sociais mais pobres.

A necessidade de alteração do processo de ensino, num sentido mais abrangente, e na direção de uma prática voltada para o interesse dos alunos, excluídos do processo dado a sua origem social - o compromisso político. A experiência significou uma contribuição para a compreensão do processo de alfabetização de crianças pobres que frequentaram a escola pública estudada, ficando evidenciado que elas tinham condições de aprender a ler e escrever.